



REITORIA

DIVISÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA

CONCURSO PÚBLICO

25. PROVA OBJETIVA
Política de Saúde e Conhecimentos Específicos

MÉDICO DO TRABALHO – PERITO

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A ROLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

POLÍTICA DE SAÚDE

01. A legislação que disciplina as ações e os serviços de saúde dos trabalhadores no Sistema Único de Saúde, no estado de São Paulo, determina que é dever da autoridade competente do SUS indicar, e obrigação do empregador adotar, todas as medidas necessárias para a plena correção de irregularidades nos ambientes de trabalho, observando os seguintes níveis de prioridades, pela ordem:

- (A) I - eliminação das fontes de riscos na sua origem; II - medida de controle diretamente da fonte; III - medida de controle no ambiente de trabalho; IV - diminuição do tempo de exposição ao risco, através da redução da jornada.
- (B) I - medida de controle diretamente da fonte; II - eliminação das fontes de riscos na sua origem; III - medida de controle no ambiente de trabalho; IV - diminuição do tempo de exposição ao risco, através da redução da jornada.
- (C) I - eliminação das fontes de riscos na sua origem; II - medida de controle diretamente da fonte; III - diminuição do tempo de exposição ao risco, através da redução da jornada; IV - medida de controle no ambiente de trabalho.
- (D) I - diminuição do tempo de exposição ao risco, através da redução da jornada; II - eliminação das fontes de riscos na sua origem; III - medida de controle diretamente da fonte; IV - medida de controle no ambiente de trabalho.
- (E) I - medida de controle diretamente da fonte; II - diminuição do tempo de exposição ao risco, através da redução da jornada. III - medida de controle no ambiente de trabalho; IV - eliminação das fontes de riscos na sua origem.

02. A Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador - Renast

- (A) é composta por Centros de Referência municipais, regionais, estaduais e federal.
- (B) tem como objetivo principal constituir-se em referência de média e alta complexidade para atender aos acidentes de trabalho e agravos contidos na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho.
- (C) tem suas diretrizes, regulação e pactuação sob responsabilidade do Ministério da Saúde.
- (D) tem o objetivo de integrar a rede de serviços do Sistema Único de Saúde, do Ministério da Previdência Social e do Ministério do Trabalho e Emprego, para o desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador.
- (E) prioriza as ações de vigilância em saúde do trabalhador e não as de assistência aos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

03. A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- (A) os auditores fiscais do trabalho têm competência legal para interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra em situação de risco grave e iminente para o trabalhador.
- (B) não cabe recurso à decisão de interdição ou embargo quando determinada pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego (antigo Delegado Regional do Trabalho).
- (C) é de responsabilidade do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego (antigo Delegado Regional do Trabalho) levantar a interdição ou embargo, após laudo técnico do serviço competente.
- (D) durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, o empregador fica desobrigado do pagamento dos salários aos seus empregados.
- (E) o apoio às medidas de embargo ou interdição é de competência exclusiva das autoridades federais.

04. Com relação às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, é correto afirmar que

- (A) o mandato dos membros eleitos é de dois anos, permitida uma reeleição.
- (B) é permitida a dispensa arbitrária ou sem justa causa dos seus membros, desde que o sejam na condição de designados.
- (C) o seu presidente deve ser escolhido dentre os membros eleitos.
- (D) o seu secretário deve ser escolhido dentre os membros eleitos ou designados.
- (E) o número de seus membros pode ser diminuído se houver redução no quadro de funcionários da empresa.

05. Com relação aos exames médicos ocupacionais, previstos em lei, é correto afirmar que

- (A) a periodicidade de avaliação de alguns indicadores biológicos pode ser decorrente de negociação coletiva de trabalho.
- (B) os exames periódicos, para trabalhadores expostos a riscos, devem ser realizados a cada semestre ou a intervalos menores, a critério do médico do trabalho.
- (C) para trabalhadores não expostos a riscos específicos, os exames devem ser bienais.
- (D) o exame de retorno ao trabalho não é obrigatório quando o afastamento for motivado por parto.
- (E) o exame médico demissional deverá ser sempre realizado imediatamente antes da data da homologação.

- 06.** Legalmente, entende-se por “limite de tolerância” para caracterização de atividades e operações insalubres, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante
- (A) toda sua vida.
 - (B) sua vida laboral.
 - (C) a jornada diária de trabalho.
 - (D) a jornada semanal de trabalho.
 - (E) a jornada mensal de trabalho.
- 07.** De acordo com os preceitos legais de ergonomia, é correto afirmar que
- (A) nos locais de trabalho onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constantes, é recomendado que a temperatura ambiental efetiva fique entre 18 e 25 graus centígrados.
 - (B) a análise da organização do trabalho deve considerar o modo operatório e o ritmo do trabalho, mas não o conteúdo das tarefas.
 - (C) mesmo que o trabalho possa ser executado na posição sentada, não há obrigatoriedade de o posto de trabalho ser planejado ou adaptado para essa posição.
 - (D) as atividades de entrada de dados, em processamento eletrônico, não devem exceder a jornada diária de 6 horas.
 - (E) nas atividades que exijam a leitura de documentos para digitação em computadores, as distâncias olho-tela, olho-teclado e olho-documento devem ser aproximadamente iguais.
- 08.** Com relação aos equipamentos de proteção individual, é correto afirmar que
- (A) sempre devem ser fornecidos quando houver riscos de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.
 - (B) sua indicação é de responsabilidade primordial da CIPA.
 - (C) podem ser considerados enquanto tal, quaisquer equipamentos que promovam proteção efetiva, independentemente de aprovação pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.
 - (D) cabe ao empregado zelar pela sua guarda e conservação.
 - (E) só podem ser cobrados do empregado quando forem danificados em decorrência de imperícia ou desleixo de sua parte.
- 09.** Considere:
- I. aposentadoria;
 - II. reforma, no caso de servidor militar;
 - III. pensão especial;
 - IV. auxílio-doença ou aposentadoria, respeitado o período de carência, para o segurado à Previdência Social;
 - V. levantamento dos valores correspondentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, somente quando houver rescisão do contrato individual de trabalho.
- A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS é considerada causa que justifica a concessão, nos termos da lei, dos benefícios constantes dos itens
- (A) I, II, III, IV e V.
 - (B) I, II, III e IV, apenas.
 - (C) I, II, IV e V, apenas.
 - (D) II, III, IV e V, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.
- 10.** É correto afirmar, com base na legislação que visa a combater a discriminação aos portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS, que
- (A) é permitido solicitar exames para a detecção do vírus HIV ou da AIDS para inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público ou privado, preservado o sigilo dos resultados.
 - (B) todos os prontuários e os exames dos pacientes são de uso exclusivo do serviço de saúde, podendo ser informados os casos positivos ao setor de recursos humanos da empresa.
 - (C) o médico ou qualquer integrante da equipe de saúde só pode informar o eventual diagnóstico ou suspeita de AIDS ou do vírus HIV por meio de códigos.
 - (D) a solicitação de qualquer exame relacionado à detecção do vírus HIV ou da AIDS deverá ser precedida de esclarecimento sobre seu tipo e finalidade, sendo obrigatório o consentimento expresso do servidor.
 - (E) o médico do trabalho, da empresa médica contratada ou membro da equipe de saúde, sempre deverá promover a mudança de atividade, função ou setor do servidor que for diagnosticado como portador do vírus HIV ou com AIDS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CLÍNICA GERAL

11. São doenças de notificação compulsória no Estado de São Paulo a
- (A) hipertermia maligna.
 - (B) infecção de trato urinário.
 - (C) rinossinusite por adenovírus.
 - (D) mielomeningocele.
 - (E) pneumonia por pneumococo.
12. Em média, o período de incubação da leptospirose é de
- (A) 1 a 2 dias.
 - (B) 4 a 10 dias.
 - (C) 7 a 15 dias.
 - (D) 20 a 30 dias.
 - (E) 30 a 40 dias.
13. O calendário de vacinação do Estado de São Paulo recomenda que a vacinação contra hepatite B seja feita
- (A) ao nascer, 2 e 6 meses.
 - (B) aos 3 e 9 meses.
 - (C) 1 ano.
 - (D) 2 anos.
 - (E) 5 anos.
14. As vacinas virais atenuadas não devem ser aplicadas para
- (A) pessoas com HIV positivo.
 - (B) pessoas com resfriado.
 - (C) pessoas com imunodeficiência congênita.
 - (D) mulheres em aleitamento materno.
 - (E) mulheres em período menstrual.
15. Na prevenção da síndrome metabólica, recomenda-se
- (A) aumentar o consumo de calorias sob a forma de gorduras.
 - (B) reduzir o consumo de gorduras trans (hidrogenadas).
 - (C) reduzir o consumo de gordura insaturada.
 - (D) aumentar a ingestão de gorduras saturadas.
 - (E) aumentar a ingestão de sal sob todas as formas.
16. A insuficiência cardíaca sistólica é mais prevalente em
- (A) homens acima dos 70 anos.
 - (B) homens entre 50 e 70 anos.
 - (C) mulheres acima dos 70 anos.
 - (D) mulheres entre 50 e 70 anos.
 - (E) mulheres entre 30 e 40 anos.
17. O uso do manguito de tamanho adequado é essencial para a correta mensuração da pressão arterial. Recomenda-se para um indivíduo adulto que ele ocupe, aproximadamente,
- (A) 40% da circunferência do braço.
 - (B) 50% da circunferência do braço.
 - (C) 60% da circunferência do braço.
 - (D) 70% da circunferência do braço.
 - (E) 80% da circunferência do braço.
18. Para as mulheres sexualmente ativas, recomenda-se a realização do exame de papanicolau, minimamente, a cada
- (A) 10 anos.
 - (B) 5 anos.
 - (C) 4 anos.
 - (D) 3 anos.
 - (E) 2 anos.
19. A cegueira causada pelo glaucoma e pela catarata é
- (A) totalmente irreversível.
 - (B) totalmente reversível.
 - (C) parcialmente reversível.
 - (D) irreversível e reversível, respectivamente.
 - (E) reversível e irreversível, respectivamente.
20. A infecção helmíntica mais comum no homem é a
- (A) criptosporidíase.
 - (B) esquistossomose.
 - (C) ancilostomíase.
 - (D) ascaridíase.
 - (E) balantidíase.

21. Um trabalhador é encaminhado para um pneumologista com suspeita de silicose. Assinale os procedimentos adequados a serem adotados no caso.
- (A) Avaliar a história ocupacional de exposição a poeiras ricas em sílica livre cristalina e solicitar radiografia simples de tórax.
 - (B) Avaliar a história ocupacional de exposição a poeiras inertes e solicitar radiografia simples de tórax.
 - (C) Avaliar a história ocupacional de exposição a poeiras minerais e solicitar tomografia computadorizada de tórax.
 - (D) Avaliar a história ocupacional de exposição a poeiras ricas em sílica livre cristalina e solicitar tomografia computadorizada de tórax.
 - (E) Avaliar a história ocupacional de exposição a poeiras mistas e solicitar espirometria após a jornada de trabalho.
22. A elaioconiose é geralmente causada pelo contato com
- (A) talco e solvente.
 - (B) produtos cáusticos.
 - (C) óleos pesados do petróleo ou óleos de origem mineral.
 - (D) produtos químicos ácidos.
 - (E) cimento e areia.
23. O Nexo Técnico Epidemiológico
- (A) substituiu o nexo causal entre o trabalho e um agravo à saúde.
 - (B) tornou facultativa a emissão de comunicação de acidente do trabalho (CAT) pelas empresas.
 - (C) pode ser aplicado somente para casos de agravos à saúde excepcionalmente relacionados ao trabalho.
 - (D) é um método de estabelecimento de nexo causal entre um agravo à saúde e o trabalho, baseado em critérios epidemiológicos.
 - (E) é sinônimo de fator acidentário de prevenção e tem o objetivo de estabelecer a alíquota devida por cada ramo econômico ao Seguro de Acidente do Trabalho.
24. Os dados do Ministério da Previdência Social deste ano mostram que há casos de segurados com silicose percebendo benefício previdenciário comum, não-acidentário. Isso ocorre
- (A) porque, provavelmente, trata-se de casos raros de silicose não-profissional.
 - (B) porque há erro de enquadramento por parte da Previdência Social.
 - (C) porque certamente não houve emissão de CAT pela empresa.
 - (D) em decorrência de erro diagnóstico.
 - (E) porque a silicose é pouco conhecida.
25. Um operador de *telemarketing* de 28 anos de idade apresenta história de dor em membros superiores e região cervical, particularmente em punhos, cotovelos e ombros, após 8 meses de atividade laboral. Assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de doença degenerativa, sendo pouco provável o diagnóstico de LER/Dort, pois o tempo de atividade laboral é muito curto.
 - (B) Trata-se de caso raro de processo degenerativo precoce não relacionado ao trabalho.
 - (C) Trata-se, provavelmente, de doença não ocupacional, pois os fatores de risco para a ocorrência de LER/Dort no setor de *telemarketing* são mínimos pela vigência da Portaria 9, anexo da NR 17.
 - (D) O diagnóstico de LER/Dort só pode ser feito após diagnóstico diferencial com doenças auto-imunes com manifestações articulares.
 - (E) Trata-se, provavelmente, de LER/Dort.
26. Assinale a alternativa correta.
- (A) Todos os acidentes do trabalho devem ser notificados com CAT, independentemente do vínculo empregatício da vítima.
 - (B) Só devem ser notificados com CAT os casos em que houver consentimento da vítima.
 - (C) Todos os acidentes do trabalho fatais, graves/com mutilação e ocorridos em menores de 18 anos, devem ser notificados ao Sistema de Informação dos Agravos de Notificação (SINAN), independentemente do vínculo empregatício da vítima.
 - (D) Sempre que houver notificação de um acidente do trabalho pela CAT, um benefício previdenciário deverá ser concedido.
 - (E) Os acidentes do trabalho devem ser notificados ao Sistema Único de Saúde somente pelos centros de referência em saúde do trabalhador.
27. A perda auditiva induzida por ruído
- (A) é sempre diagnosticada precocemente nas empresas com alto nível de ruído.
 - (B) quase sempre é diagnosticada precocemente pela impedanciometria.
 - (C) geralmente é de fácil prevenção, com o uso de equipamento de proteção individual do tipo *concha*.
 - (D) geralmente é progressiva e leva à surdez total.
 - (E) pode ser acompanhada de zumbido.

28. Uma trabalhadora do serviço público procura o médico com sintomas de perturbação do sono, dificuldade de concentração, angústia, desmotivação, falta de interesse por suas atividades cotidianas e fadiga. Refere que o quadro vem se agravando no último ano. Refere que é funcionária da área de apoio de um hospital há 20 anos e que sempre foi comprometida com o trabalho, tendo sido chefe da seção em que trabalha por 10 anos, mas sentia-se frustrada e colocada de lado pelo hospital, sentindo que nos últimos 5 anos tem sido pouco aproveitada no trabalho. Sua hipótese diagnóstica seria
- (A) síndrome do pânico.
 (B) fibromialgia.
 (C) depressão.
 (D) *burn-out*.
 (E) estresse pós-traumático.
29. Motoristas de um hospital público apresentam alta prevalência de alcoolismo. Assinale a alternativa que contenha procedimentos adequados a serem adotados.
- (A) Estabelecer um programa que inclua informações sobre a doença, tratamento e identificar, junto com eles, práticas organizacionais do trabalho que possam ser fatores causais ou agravantes e buscar formas de modificá-los.
 (B) Estabelecer um cronograma intenso de palestras e cursos sobre o alcoolismo e suas repercussões nocivas à saúde com especialistas de diferentes instituições, para que os trabalhadores se convençam de que o problema existe.
 (C) Encaminhar os trabalhadores doentes a tratamento individual psicológico e definir processos de seleção que excluam os candidatos com antecedentes de depressão em sua história individual ou familiar.
 (D) Definir um programa que identifique os trabalhadores que não evoluirão para a recuperação, tentar transferi-los para outros setores e adotar procedimentos disciplinares que coibam o hábito de beber bebidas alcoólicas em excesso.
 (E) Realizar sessões coletivas, simulando situações constrangedoras provocadas por pessoas com o hábito de beber bebidas alcoólicas, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores da necessidade de eliminar o hábito.
30. Em uma análise dos dados sobre mortalidade em uma universidade pública, o serviço médico identificou nos anos de 2004, 2005 e 2006, os seguintes números, referentes a todos os trabalhadores entre 35 e 45 anos de idade:
- | Ano | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|-------|-------|-------|
| Mortes | 5 | 8 | 5 |
| População da universidade ajustada para o meio do ano | 12010 | 13200 | 13203 |
- Serão analisados os seguintes coeficientes, correspondentes aos anos citados, respectivamente: 41,6; 60,6 e 37,9. Trata-se de
- (A) coeficientes de letalidade por idade.
 (B) coeficientes de mortalidade.
 (C) índices de Swaroop & Uemura.
 (D) coeficientes de mortalidade específicos por idade.
 (E) coeficientes de mortalidade por determinada doença.
31. Em um setor de teleatendimento onde trabalham empregados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre 20 e 29 anos de idade, na sua maioria, mulheres, observa-se uma incidência 4 vezes maior de cistites, se comparada com os outros setores da empresa. Na investigação das condições de trabalho desse setor, constata-se que a empresa não permite mais de uma pausa por jornada de trabalho e incentiva a ingestão de água para manter a qualidade da voz. Assinale a alternativa correta.
- (A) A cistite é comum em mulheres e certamente essa alta incidência é associada à maior prevalência de trabalhadores do gênero feminino no setor.
 (B) A cistite só poderia ser considerada ocupacional se a população trabalhadora fosse constituída na sua maioria por homens.
 (C) Nesse caso, a cistite deve ser considerada uma doença relacionada ao trabalho, devendo ser notificada ao SUS e à Previdência Social.
 (D) A cistite não consta da lista de doenças relacionadas ao trabalho e assim, não pode ser notificada ao SUS e tampouco à Previdência Social.
 (E) A cistite não é doença relacionada ao trabalho, pois pode ocorrer em qualquer situação de retenção urinária.
32. No restaurante de um hospital universitário há uma alta frequência de trabalhadoras da cozinha que apresentam queixas de dor em membros superiores e coluna. Assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se de uma situação já conhecida e as queixas provavelmente têm relação com as atividades laborais, que exigem carregamento de peso, movimentos repetitivos e adoção de posturas incômodas.
 (B) Trata-se de uma situação já conhecida, e um dos procedimentos preventivos exitosos tem sido o incentivo a exercícios físicos regulares para o fortalecimento muscular.
 (C) Independentemente da relação com as atividades laborais, alguns procedimentos devem ser imediatamente adotados, como a elaboração de um folder com informações sobre transtornos músculo-esqueléticos e a ginástica laboral.
 (D) Um procedimento imediato a ser adotado deve ser a avaliação minuciosa das características físicas dos trabalhadores, destinando aqueles com maior força muscular para as tarefas que exijam maior esforço.
 (E) Trata-se de uma situação conhecida e as queixas provavelmente têm relação com as características físicas dos trabalhadores, e por isso não devem ser consideradas ocupacionais.

33. Os estudos realizados pela Previdência Social, base do Nexo Técnico Epidemiológico, mostraram que a tuberculose foi uma das doenças que geraram maior frequência de incapacidade entre trabalhadores de hospitais em comparação com outros ramos econômicos. Isso significa que:
- Os trabalhadores de hospitais, segurados do INSS, com incapacidade laboral causada pela tuberculose, devem receber benefício acidentário, desde que tenham mais de 5 anos de atividade hospitalar.
 - Os trabalhadores de hospitais, segurados do INSS, com incapacidade laboral causada pela tuberculose, devem receber benefício acidentário, a não ser que haja uma razão robusta para a descaracterização da relação com o trabalho.
 - Com exceção daqueles que trabalham nos guichês, lavanderias e ambulâncias, os trabalhadores de hospitais, segurados do INSS, com incapacidade laboral causada pela tuberculose, devem receber benefício acidentário.
 - Os trabalhadores de hospitais, segurados do INSS, com incapacidade laboral causada pela tuberculose, devem receber benefício acidentário somente nos casos em que houver a emissão de CAT.
 - Os casos de trabalhadores de hospitais, segurados do INSS, devem ter seus locais de trabalho avaliados como condição necessária para a concessão de benefício acidentário
34. Após 3 anos de afastamento do trabalho, um trabalhador, segurado da Previdência Social, tem o benefício previdenciário cessado e recomeça a trabalhar. Após 6 meses, o médico do trabalho da empresa, em exame médico periódico, conclui que o trabalhador não apresenta condições laborais. Ele deve:
- encaminhar o trabalhador a uma junta de psiquiatria, e somente se o parecer conclusivo for de incapacidade do trabalhador em continuar suas atividades laborais, encaminhá-lo ao INSS.
 - recolocá-lo em qualquer função dentro da empresa, pois não pode discordar da conclusão pericial recente do médico perito do INSS, por questões éticas.
 - encaminhar o trabalhador ao INSS novamente, com um relatório médico detalhado, requerendo benefício por incapacidade laboral.
 - manter o trabalhador sem trabalhar, em casa, garantindo, pela empresa, o pagamento do salário.
 - orientar o trabalhador a buscar uma solução judicial.
35. Em relação aos indicadores referentes à exposição ao chumbo e intoxicação, é correto afirmar que
- a alta dosagem de zinco-protoporfirina (ZPP) significa exposição ao chumbo, sem que necessariamente haja uma alteração orgânica.
 - os níveis de ácido delta aminolevulínico na urina (ALA-u) demoram a cair após a cessação da exposição ao chumbo.
 - a dosagem de ALA-u tem boa correlação com a plumbemia desde níveis em torno de 5 microgramas de Pb/dl de sangue.
 - a dosagem de chumbo no sangue é um bom indicador de efeito biológico.
 - a dosagem de ZPP aumenta com a plumbemia em torno de 17 microgramas/dl e tem boa correlação com a plumbemia e ALA-u.
36. “É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.” Essa é uma determinação da (o)
- Constituição Federal do Brasil.
 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
 - Fundação Nacional de Saúde.
 - Associação Brasileira de Medicina de Grupo.
 - Ministério da Fazenda.
37. Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que
- cargo público é o conjunto de atribuições exclusivas dos empregados das autarquias.
 - os cargos públicos são sempre de carreira.
 - carreira é o conjunto de classes de diferente natureza de trabalho.
 - funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público.
 - quadro é o conjunto de todos os cargos isolados, excluídos os de carreira.
38. Assinale a alternativa correta frente à Constituição Estadual de São Paulo.
- É permitida a acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos.
 - A permissão para a acumulação de cargos públicos não se estende às autarquias e a sociedades de economia mista.
 - É obrigatória a declaração pública de bens, antes da posse e depois do desligamento, de todo dirigente de empresa pública.
 - Os servidores homens, titulares de cargo efetivo, poderão aposentar-se com proventos integrais aos 60 (sessenta) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição.
 - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência estadual serão aposentados compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
39. O regime jurídico do pessoal técnico e administrativo da Universidade, segundo o Regimento Geral da Unesp,
- só poderá ser o autárquico.
 - só poderá ser o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
 - é o autárquico apenas para o pessoal admitido até 1995.
 - é o da CLT para todos os admitidos após a Constituição de 1988.
 - deverá ser o autárquico, mas, por interesse da Universidade, poderá ser contratado pessoal em outro regime jurídico.

40. Segundo o Regimento Interno da Unesp, nos artigos números 159 e 160, que tratam do Regime Disciplinar do Corpo Técnico e Administrativo, a pena de demissão é de competência do
- (A) reitor.
 - (B) gerente do departamento.
 - (C) presidente do grupo administrativo.
 - (D) diretor da unidade universitária.
 - (E) chefe da seção.
41. Segundo o parágrafo único do artigo 4.º da CLT, o período de afastamento por acidente de trabalho será computado na contagem de tempo de serviço
- (A) apenas para efeito de indenização.
 - (B) apenas para efeito de estabilidade.
 - (C) para efeito de indenização e estabilidade.
 - (D) para efeito de indenização, apenas na ocorrência de morte.
 - (E) para efeito de estabilidade, se o período de afastamento ultrapassar 12 meses.
42. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial, segundo o artigo 58-A da CLT, aquele cuja duração não exceda a
- (A) 30 horas semanais.
 - (B) 25 horas semanais.
 - (C) 24 horas semanais.
 - (D) 20 horas semanais.
 - (E) 12 horas semanais.
43. Com base nos princípios da administração pública, pode-se afirmar que
- (A) o princípio da legalidade não garante o respeito aos direitos individuais.
 - (B) a administração pública só pode fazer o que a lei determina.
 - (C) os interesses individuais têm supremacia sobre os interesses públicos.
 - (D) a administração pública pode atuar com vistas a beneficiar o particular, consoante o princípio da impessoalidade.
 - (E) os atos administrativos são imputáveis ao funcionário que o pratica, ele é o autor do ato.
44. O Decreto n.º 29.180, de 11.11.1988, e suas alterações, aborda as rotinas trabalhistas no âmbito do Estado de São Paulo, estabelecendo que
- (A) é aplicável aos funcionários estatutários e celetistas.
 - (B) as licenças médicas são exclusivas para tratamento de saúde, não se aplicam para os casos de servidor acidentado no exercício da função ou atacado de doença profissional.
 - (C) as licenças para tratamento de saúde com prazo superior a 90 (noventa) dias dependerão de perícia médica realizada por junta médica.
 - (D) as perícias médicas, para fins de posse e exercício em cargo ou função do serviço público civil do Estado, serão realizadas exclusivamente no Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (IAMSPE).
 - (E) para os fins desse Decreto, exclui-se a licença da funcionária ou servidora gestante.
45. Em relação ao Regulamento de Perícias Médicas (RPM), no Estado de São Paulo, é certo que
- (A) as perícias de avaliação de sanidade e capacidade física para admissão em função-atividade junto às unidades da Secretaria de Segurança Pública, inclusive da Polícia Militar, poderão ser realizadas na Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial da referida Secretaria.
 - (B) a realização das perícias de avaliação de sanidade e capacidade física para nomeação ou admissão, para cargos ou funções, poderá ocorrer nas Unidades Médicas do Estado, com exceção daquelas existentes nas Autarquias.
 - (C) a licença para tratamento de saúde de funcionário estatutário dependerá de perícia médica, a ser realizada nas agências da Previdência Social.
 - (D) a pessoa da família, a quem se atribui a doença, será submetida à perícia médica no Departamento de Perícias Médicas do Estado ou nas unidades indicadas.
 - (E) a expedição de todos os Certificados de Sanidade e Capacidade Física (CSCF) é de responsabilidade da Unidade Central Pericial do Estado (UCPE).
46. Segundo o artigo 3.º da Portaria n.º 499/06, da Unesp, a decisão quanto à necessidade de conceder licença para tratamento médico
- (A) é atribuição da perícia médica só em casos de acidente do trabalho.
 - (B) é atribuição da perícia médica se o afastamento do trabalho superar 15 dias.
 - (C) não é atribuição da perícia médica, e sim do médico assistente do servidor.
 - (D) é uma atribuição exclusiva da perícia médica.
 - (E) é atribuição da perícia médica apenas para servidores em regime de CLT.

47. A Portaria n.º 499/06, da Unesp, determina, para a realização da perícia médica, o uso obrigatório de um documento de procedimentos, a Guia de Perícia Médica (GPM), regulamentada por Instrução Normativa do Programa
- (A) de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).
 - (B) Geral de Saúde e Segurança do Trabalhador (PGSST).
 - (C) de Controle e Orientação de Perícias Médicas (PCO-PM).
 - (D) Estadual de Assistência à Saúde do Servidor (PEASS).
 - (E) Interno de Acompanhamento de Saúde do Trabalhador (PIAST).
48. Os exames periciais destinados a comprovar invalidez total e permanente do servidor da Unesp, regulamentados por Instrução Normativa, serão realizados por
- (A) junta médica constituída por dois médicos peritos.
 - (B) dois médicos e um servidor administrativo em cargo de chefia.
 - (C) um médico perito e dois administradores em cargo de diretor.
 - (D) um médico perito, um servidor administrativo em cargo de chefia e um profissional de outra área da saúde.
 - (E) junta médica constituída, no mínimo, por três médicos.
49. Complete a lacuna com a alternativa correta.
- Para submeter-se à perícia médica, o servidor da Unesp portador de atestado médico fornecido por pessoa habilitada, contudo não reconhecida pela Universidade, deverá comparecer à UNAMOS, até o _____ da data da expedição do atestado.
- (A) 5.º dia útil
 - (B) 3.º dia útil
 - (C) 2.º dia útil
 - (D) 1.º dia útil
 - (E) fim do expediente
50. A Lei Complementar n.º 1.054, de 07.07.2008, do Estado de São Paulo, sobre a licença à gestante, determina que
- (A) são beneficiárias as funcionárias públicas civis e militares do Estado.
 - (B) durante a licença, a servidora poderá exercer outra atividade remunerada, quando mantiver a criança em creche.
 - (C) uma vez ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, será esta concedida por 120 (cento e vinte) dias, a partir do evento.
 - (D) à funcionária gestante será concedida, independentemente de inspeção médica, licença de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do oitavo mês, com vencimento ou remuneração.
 - (E) à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do oitavo mês, com vencimento ou remuneração.